



grupo parlamentar

REQUERIMENTO

Novas Contradições da Política de Cultura

Em julho de 2007, o Diretor Regional da Cultura inaugurou em Angra do Heroísmo a primeira “Loja da Cultura” dos Açores. Garantia, então, que *“as Lojas da Cultura, de iniciativa governamental, não vão fazer concorrência às livrarias regionais”,* porque *“são apenas polos de promoção e dinamização cultural”.* E reforçava, ainda, que a iniciativa *“não tem uma lógica comercial mas apenas de divulgação pública das atividades culturais açorianas”.*

A partir daí, o Governo Regional criou mais uma dezena de Lojas da Cultura, designadamente, no Museu de Angra do Heroísmo, Museu de Santa Maria, Museu Carlos Machado (Ponta Delgada), Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, Museu da Graciosa, Museu dos Baleeiros (Lajes do Pico), Museu Francisco de Lacerda (Calheta de São Jorge), Museu da Horta, Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça (Horta) e Museu das Flores.

Contudo, em janeiro de 2016, o Diretor Regional da Cultura comunica aos agentes culturais açorianos que *“o contrato de vendas à consignação estabelecido para a venda de publicações e merchandising, nas lojas da Direção Regional da Cultura, não será prorrogado uma vez que os Revisores Oficiais de Contas do Fundo Regional de Ação Cultural entendem que as vendas, nas lojas, fazem concorrência com o comércio privado”.*

Em menos de dez anos, e com mais de dez lojas, o Governo Regional consegue dizer e fazer uma coisa e o seu contrário!

E suscita muitas dúvidas que devem ser esclarecidas.



grupo parlamentar

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo Deputado signatário, requer ao Governo Regional os seguintes esclarecimentos:

1. Na opinião do Governo, as Lojas da Cultura “*não fazem concorrência às livrarias regionais*”, como considerou o Diretor Regional da Cultura em 2007, ou “*fazem concorrência com o comércio privado*”, como considera o Diretor Regional da Cultura em 2016?
2. O Governo Regional vai rescindir contrato com todos os agentes privados que fornecem as Lojas da Cultura ou apenas com alguns?
3. A rescisão dos contratos com os agentes privados será apenas nas (poucas) ilhas onde existem livrarias privadas ou também nas (muitas) ilhas onde não existem outras livrarias?
4. Em qualquer dos casos, o Governo Regional continuará a comercializar (agora sozinho) os seus próprios produtos culturais nas suas próprias Lojas da Cultura ou encerrará essas lojas para não “fazerem concorrência com o comércio privado”?
5. Se o que quer é encerrar as “livrarias do governo”, por que é que o Governo continua a abrir livrarias, como ainda agora aconteceu com a livraria do Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas?
6. E se o que pretende é evitar a concorrência com os privados, porque é que o Governo, por exemplo, tanto impede os apoios públicos às revistas culturais como cria a sua própria Revista de Cultura?



grupo parlamentar

A pretexto dessa manifesta contradição e aparente indefinição sobre o futuro próximo das Lojas da Cultura nos Açores – se passam a ser exclusivamente governamentais ou se deixam mesmo de existir em todo o lado – deve o Governo definir-se e esclarecer-nos quanto à coexistência cultural entre o privado (que deve ser incentivado) e o público (que deve ser complementar).

Um governo que se quer exemplar e coerente não pode dizer uma coisa e fazer outra...

O Deputado Regional

José Andrade

Ponta Delgada, 22 de fevereiro de 2016

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 579	Proc. n.º 54.03.00
Data: 01/02/23	N.º 521-X